

INTRODUÇÃO

Introdução

Durante a Guerra Fria a questão do armamento centrava-se em armas de destruição em massa, consideradas então como representando a maior ameaça à segurança humana.¹ Enquanto o equilíbrio global era conseguido com base nestas super-armas, a nível regional e nacional um quadro diferente tomava forma no continente Africano.

As tendências hegemónicas das duas superpotências, os EUA (Estados Unidos da América) e a USSR (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) davam apoio a regimes militares e / ou autoritários considerados como aliados, não tendo em consideração a fragilidade ou a capacidade de sustentação de tais regimes. Na maior parte dos casos, este apoio traduzia-se na provisão desregrada de armas de pequeno porte e armas ligeiras (SALW) a estes regimes, ou àqueles que tinham a coragem de os desafiar.

A Guerra Fria conseguiu deste modo estabelecer uma estabilidade relativa (apesar de artificial e opressiva) em várias partes de África, uma região considerada pelas duas superpotências como o tabuleiro ideal para o jogo da Guerra Fria. Tal estabilidade artificial viria a desmoronar-se, juntamente com o Muro de Berlim, em 1989. A fachada do mundo da Guerra Fria e da sua estabilidade relativa deixou África cheia de SALW bem como de traficantes e rotas bem estabelecidas para o seu tráfico.

Sem o apoio externo das superpotências, governos considerados como corruptos, opressivos e com pouca legitimidade podiam agora ser abertamente contestados. A proliferação de SALW e de rotas de tráfico e de traficantes, transformaram a insurgência armada numa opção mais imediata, por oposição a outras alternativas políticas necessariamente mais morosas, ao mesmo tempo que a pobreza generalizada criou as fontes de recrutamento necessárias a insurgências.² Moçambique não ficou imune a esta dinâmica regional em África, a qual foi complicada pelas

determinantes históricas específicas do país – a luta pela independência entre 1964 e 1974 e os 14 anos que se seguiram de guerra civil³. Tal como noutras colónias Portuguesas, a independência em Moçambique foi obtida através de uma luta armada, no caso de Moçambique dirigida pela Frelimo, *Frente de Libertação de Moçambique*.

A Frelimo resultou da unificação de movimentos nacionalistas, cujo factor de unidade era a luta contra o colonialismo. Constituída como uma organização enquadrante, a Frelimo transformou-se num movimento nacionalista coeso com uma ideologia claramente Marxista, lutando pela criação de uma sociedade sem classes em Moçambique. Depois da independência em 1975 até meados da década dos anos 80, a Frelimo constituiu-se como partido político, impôs um sistema de partido único e adoptou uma política económica Marxista. O descontentamento e dissidência resultantes do impacto destas medidas nas estruturas sociais tradicionais e nas expectativas de alguns sectores da sociedade, impediu a emergência da unidade nacional e também criou as fontes de recrutamento que as potências hostis regionais (Rodésia - agora Zimbabué - e a África do Sul do apartheid) careciam para poderem interferir no processo de edificação nacional. Destas fontes de recrutamento, apoiadas por regimes hostis a Moçambique, emergiu a Renamo, *Resistência Nacional de Moçambique* . Pouco depois da independência⁴, as incursões armadas da Renamo começaram a desfazer a vida rural em Moçambique e finalmente deram lugar a uma guerra civil justificada, entre outras, por razões de origem étnica que são ainda hoje utilizadas para recrutamento e definição de lealdades políticas.

A guerra civil em Moçambique terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, ao qual se seguiu um processo de paz dirigido pelas Nações Unidas e apoiado pela Operação das Nações Unidas em Moçambique, ONUMOZ, até ao fim de 1994.⁵ Depois da retirada da ONUMOZ, o aumento da criminalidade, em especial com a utilização de armas, tornou óbvio que as SALW não eram apenas ainda predominantes em Moçambique mas estavam a entrar nos países vizinhos, sobretudo na África do Sul.⁶

Em 1995, apenas um ano depois da retirada da missão da ONUMOZ, a proliferação das SALW e os problemas que elas causavam em ambos os países, levou os governos de Moçambique e da África do Sul a unir os seus esforços e a implementar uma iniciativa de desarmamento: a Operação Rachel. Este programa, apoiado pelo governo, foi complementado em Moçambique por iniciativas da sociedade civil, ainda em curso,

nomeadamente o projecto das Armas por Enxadas (TAE) patrocinado pelo Conselho Cristão de Moçambique (CCM).

Em Agosto de 2001, Moçambique assinou o Protocolo da SADC sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Relacionados, com o objectivo de impedir e controlar, por meio de mecanismos regionais, o tráfico ilegal de armas e armas ligeiras na região. Em Setembro de 2002, o parlamento ratificou o Protocolo e o governo de Moçambique (GdM)começou a agir no sentido da sua implementação. Apesar da sua história turbulenta, Moçambique está agora na linha da frente dos esforços regionais para controlar e impedir a proliferação de SALW.

Todavia, a implementação de acordos internacionais apresenta, muitas vezes, problemas imprevistos aos governos nacionais: algumas instituições poderão ter que vir a ser criadas, outras necessitam de ser desenvolvidas: Mas as prioridades diferem de país para país e pode ser considerada mais importante a necessidade de atribuição de recursos a outros sectores.

O governo de Moçambique está a estabelecer um corpo multi-institucional – COPRECAL (*Comissão para a Prevenção e Controle de Armas Ligeiras*) – para supervisionar e coordenar a implementação do Protocolo da SADC. O papel e a competência da COPRECAL serão discutidos em detalhe mais adiante, nesta monografia.

Considerando a história dos esforços para controlar as SALW em Moçambique e o ímpeto dado recentemente pela ratificação do Protocolo da SADC, bem como pela adopção do Programa de Acção das Nações Unidas para Impedir, Combater e Irradicar o Tráfico Ilegal de Armas de Pequeno Porte e Armas Ligeiras em Todos os Seus Aspectos, tornou-se importante analisar e avaliar a situação presente em Moçambique em relação aos diferentes modos de aflorar o controle da proliferação de SALW e as limitações que a implementação do Protocolo da SADC pode ter que enfrentar. Foi exactamente isto que a equipa de pesquisa decidiu realizar.

Esta monografia é baseada no trabalho realizado no terreno e levado a cabo em Moçambique de Novembro de 2002 a Setembro de 2003. A pesquisa consiste principalmente de entrevistas com funcionários do Ministério do Interior, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Forças Armadas, serviços aduaneiros, organizações não-governamentais (ONGs), jornalistas, académicos e cidadãos Moçambicanos. O trabalho de pesquisa no terreno terminou com um encontro de dois dias, que incluiu representantes do

Ministério do Interior, Defesa e Negócios Estrangeiros, das forças armadas, da Presidência, instituições académicas e organizações da sociedade civil. O trabalho no terreno foi complementado por uma pesquisa documental extensiva. Finalmente, a equipa de pesquisa realizou um inquérito no Chimoio (região central de Moçambique) sobre o impacto das SALW a nível comunitário. As conclusões deste inquérito constituem um dos capítulos desta monografia..

Apesar de o foco de pesquisa ter sido sobre os modos de abordar o desarmamento e sobre os passos dados pelo governo de Moçambique para a implementação do Protocolo da SADC sobre armas de pequeno porte e armas ligeiras, cedo se tornou evidente que a prevenção e controle de SALW devia ser analisada no contexto mais vasto do sector da segurança. Por exemplo, um funcionário do Ministério do Interior comentou: “Qual é o objectivo em investir tantos recursos na destruição de armas quando não somos capazes de patrulhar eficientemente a nossa costa marítima ?” Os mesmos sentimentos são expressos por Mosse & Nyararai num artigo intitulado “Moçambique: um barril de pólvora” publicado em Junho de 2003:

“ ... As autoridades não sabem quem são os donos das armas, ou como essas pessoas têm acesso a elas. O Governo nem sequer sabe qual a quantidade de armas utilizadas pelas forças uniformizadas. Se o governo não consegue controlar o movimento e utilização de armas pequenas na sua área de responsabilidade é óbvio que não pode controlar a proliferação ilegal e a má utilização de armas de pequeno porte no país.”⁸

Tornou-se evidente que a implementação com sucesso do Protocolo da SADC requer o esforço conjunto de várias instituições governamentais, presentemente em estágios diferentes de desenvolvimento institucional e a receberem apoios diferentes por parte dos doadores.

Deste modo, os parâmetros desta monografia foram alargados a fim de permitirem uma análise das diferentes instituições que podem ser activas nos esforços para controlar as SALW, da forma como podem contribuir para o objectivo comum de impedir e controlar as SALW e dos diferentes problemas que enfrentam.

Durante o inquérito realizado no Chimoio, foi óbvio que apesar de a pesquisa sobre SALW em Moçambique ser possível e mesmo bem-vinda, as

questões relacionadas especificamente com as SALW causaram desconforto entre os entrevistados. As pessoas em instituições governamentais reagiram da mesma maneira - apesar de funcionários discutirem abertamente os problemas que tormentam as suas instituições em particular e, em geral, o ambiente político e social em Moçambique, questões relacionadas especificamente com dados sobre a quantidade de SALW legais, tais como a quantidade e composição das reservas existentes, foram recebidas com alguma resistência e suspeita. Não quer isto dizer que os funcionários governamentais foram obstructivos. Pelo contrário, a equipa de pesquisa sentiu grande apoio no seio destas instituições e só tem a mencionar palavras de gratidão para todos os que foram entrevistados. Eles foram abertos e francos nas suas declarações, tinham uma profunda compreensão sobre as questões em discussão, e estiveram disponíveis, apesar de todas as iniciativas que ocorriam simultaneamente em Maputo, nessa altura.

Contudo, questões relacionadas com dados quantitativos são consideradas como intromissões em questões de segurança interna e soberania nacional. Do mesmo modo que alguns doadores se mostram reticentes em apoiar o sector da segurança, considerado demasiado político, também os governos nacionais pressentem perigo quando divulgam informações relacionadas com a segurança. Apesar de tudo, considerando o impacto tremendo que o sector da segurança tem no desenvolvimento de sociedades no período pós-guerra, tanto os doadores como os governos nacionais deviam pensar seriamente numa mudança de perspectiva quando tratando desta questão. Isto será discutido com mais detalhe no curso desta monografia.

Dada a sensibilidade das questões discutidas, a equipa de pesquisa não identificou as pessoas que, tão generosamente, ofereceram o seu tempo e informação.

Notas

1. Margaret O'Grady, *Pequenas Armas e África*, <<http://www.ca-at.org.uk/information/publications/countries/africa-0909.php>> (Maio 2003).
2. A ligação entre má governação, pobreza, e militarização foi explorada por Ângela McIntyre em várias publicações do ISS.
3. Para um explicação mais detalhada sobre o impacto de ambos os

conflitos na proliferação de armas em Moçambique ver artigos e relatórios escritos, entre outros, por Anícia Lalá, Martinho Chachiua e Alex Vines.

4. Diferentes autores atribuem datas diferentes às incursões da Renamo. Alguns mencionam 1976 enquanto outros consideram 1978. Aqui usamos 1978 como data de referência uma vez que foi a partir de 1978 que as incursões da Renamo apresentaram as características sistemáticas de uma guerra civil.

A sigla em Inglês para a missão é UNOMOZ ,no entanto é a sigla em português ONUMOZ que é mais utilizada.

N Stott, *“Operação Rachel: Lições aprendidas e o potencial para uma iniciativa regional (SADC)”*, ISS, a ser publicado. Contudo, a ligação entre as SALW Moçambicanas e o crime Sul Africano é estabelecida por quase todos os autores que escrevem sobre este assunto.

Intervenção durante o encontro de 17-20 de Setembro, 2003.

N Magudu & M Mosse, *“Moçambique: A Powder Keg”* IANSA Newsletter, Junho 2003